

21 00 00

Guillaume Fontaine, Geert van Vliet, Richard Pasquis,  
Coordinadores

# Políticas ambientales y gobernabilidad en América Latina



**BIBLIOTECA - FLACSO - E C**  
Fecha: 20-11-07  
Categoría:  
Préstamo:  
Código:  
Donación: FLACSO - Ecuador

**REG. 00019318**  
**CUT, 17625**  
**BIBLIOTECA - FLACSO**

27427  
P. 150 p  
1-3

© De la presente edición:

**FLACSO, Sede Ecuador**  
La Pradera E7-174 y Diego de Almagro  
Quito - Ecuador  
Telf.: (593-2-) 323 8888  
Fax: (593-2) 3237960  
[www.flacso.org.ec](http://www.flacso.org.ec)

**IDDR**

Institut du développement durable  
et des relations internationales  
6, rue Général Clergerie  
75116 Paris  
France  
Tel +33 1 53 70 22 35  
Fax: +33 1 53 70 21 45  
[iddri@iddri.org](mailto:iddri@iddri.org)  
[www.iddri.org](http://www.iddri.org)

**CIRAD**

Centre de coopération internationale  
en recherche agronomique pour le développement  
42 rue Scheffer  
75116 Paris  
France  
Tel +33 1 53 70 20 00  
Fax +33 1 47 55 15 30  
[www.cirad.fr](http://www.cirad.fr)

ISBN: 978-9978-67-144-3  
Cuidado de la edición: Paulina Torres  
Diseño de portada e interiores: Antonio Mena  
Imprenta: RisperGraf C.A.  
Quito, Ecuador, 2007  
1ª. edición: octubre, 2007

# Índice

<b>Presentación</b> .....	7
Prólogo:	
<b>Experiencias recientes y retos para las políticas ambientales en América Latina</b> .....	9
<i>Por Guillaume Fontaine, Geert van Vliet, Richard Pasquis</i>	
<b>Primera parte</b>	
<b>Innovaciones en las políticas públicas e instrumentos de gestión ambiental</b>	
<b>Factores que estructuran el diálogo sobre políticas ambientales en la Amazonía brasileña</b> .....	21
<i>Por Joseph S. Weiss, Geert van Vliet y Richard Pasquis</i>	
Estudio de caso	
<b>“Las políticas de las áreas naturales protegidas como laboratorio para los esquemas público-privado. Una interpretación a partir del Fondo Mexicano para la Conservación de la Naturaleza”</b> .....	57
<i>Por David Dumoulin Kervran</i>	
<b>Governança e políticas públicas: desafios para a gestão de parques nacionais no Brasil</b> .....	79
<i>Por Marta de Azevedo Irving, Felipe Cozzolino, Claudia Fragelli y Altair Sancho</i>	
<b>Gobernanza y bienes comunes en la Amazonía brasileña</b> .....	107
<i>Por Gloria Maria Vargas y Richard Pasquis</i>	
Estudio do caso:	
<b>“O licenciamento como estratégia de controle do desmatamento ilegal: a experiência do Mato Grosso”</b> .....	123
<i>Por Andréa Aguiar Azevedo y Richard Pasquis</i>	

<b>A certificação do manejo florestal no Brasil: alcance e limites das novas formas privadas de governança</b> . . . . .	147
<i>Por Stéphane Guéneau</i>	
Testimonio:	
<b>“El manejo de la gobernabilidad en la gestión ambiental a partir del sentido y la construcción del territorio en Colombia: desarrollo de una utopía desde lo complejo”</b> . . . . .	175
<i>Por Carlos Castaño-Uribe</i>	
<b>Segunda parte</b>	
<b>El rol de los actores sociales en el sistema de gobernanza ambiental</b>	
<b>Redes verdes e governança na Amazônia</b> . . . . .	199
<i>Por Benjamin Buclet</i>	
<b>Verde y negro: ecologismo y conflictos por petróleo en el Ecuador</b> . . . . .	223
<i>Por Guillaume Fontaine</i>	
<b>Interação entre ação coletiva e ação pública no manejo de recursos comuns no Nordeste do Brasil</b> . . . . .	257
<i>Por Eric Sabourin</i>	
Estudio de caso:	
<b>“Ámbitos, actores e instrumentos de la participación en la gestión ambiental en Colombia. El caso de Corpocaldas”</b> . . . . .	279
<i>Por Isaias Tobasura Acuña y Erika Juliana Estrada Villa</i>	
Estudio do caso:	
<b>“As organizações dos agricultores familiares e a gestão dos recursos naturais: aprendizagens sociais e construção social de uma governança”</b> . . . . .	303
<i>Por Laurence Granchamp Florentino, Aquiles Simões, Eric Sabourin y Ghislaine Duqué</i>	
<b>Presentación de los autores</b> . . . . .	325

Segunda parte  
**El rol de los actores sociales en  
el sistema de gobernanza ambiental**

# Redes verdes e governança na Amazônia

Benjamin Buclet

## Resumo

O processo de integração regional da Amazônia foi recentemente reativado com a criação da Organização do tratado de cooperação amazônica (OTCA) e com a planificação de mega-projetos de Iniciativa para a Integração da Infra-estrutura Regional Sul-Americana (IIRSA). Ao seu lado, as organizações da “sociedade civil”, apoiadas e incentivadas pelas agências de cooperação internacional, se organizam em rede para melhor articular suas propostas alternativas. Isto participa concretamente das transformações da governança regional, estas redes se tornando incontornáveis na definição das políticas públicas. Baseado sobre um estudo realizado no Brasil, Equador, Peru e Bolívia, o artigo expõe as características, o funcionamento e as estratégias de influência sobre as políticas públicas das principais redes de organizações não governamentais da região.

Palavras-chaves: ONG, redes, governança, Amazônia, sociedade civil.

## Introdução

A questão da integração regional da Amazônia é especialmente complicada. A região é caracterizada por uma grande diversidade social, política e econômica (TCA 1991; Aramburú e Bedoya Garland 2003). Em consequência disso, preocupações e interesses variados coexistem nos espaços onde se definem as políticas setoriais. Entre as políticas públicas nacio-

nais, os programas implementados pelas organizações multilaterais e as reivindicações dos atores locais regionais, apoiados por organizações não governamentais (ONG) nacionais e internacionais, a governança regional está vivendo momentos de grande transformação.

Foi nos anos 1990 que as ONG se tornaram um ator político importante, participando nos programas regionais de desenvolvimento. Através de uma maior profissionalização, a tecnicização das suas atividades, a homogeneização das suas temáticas de trabalho e um distanciamento em relação à sua inserção histórica com os movimentos populares, as ONG conseguiram responder às exigências dos organismos de financiamento e acessar aos recursos do mercado de desenvolvimento (Buclet e Leroy 2002). Um efeito desta dinâmica foi a relativa perda da sua dimensão política: se tornando “parceiros” dos poderes públicos, as ONG assumiram uma lógica de terceirização dos serviços coletivos, lógica revelada pela generalização do conceito, mesmo que fraco, de “terceiro setor” (Montaño 2002; Buclet 2004:175-182).

As transformações do mercado regional de desenvolvimento, ligadas às iniciativas como o Global Environment Facility (GEF) e o Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais Brasileiras (PPG7), incentivaram a criação e/ou o fortalecimento de uma nova geração de ONG, hoje geralmente chamadas “socioambientais”. Frequentemente nascidas no seio das universidades, estas ONG se adicionaram às mais antigas, até constituir um verdadeiro setor profissional, incontornável no campo do desenvolvimento. Com atividades voltadas para a avaliação científica e a proposição de modelos alternativos de gestão sustentável dos recursos naturais, integrando a dimensão humana do desenvolvimento, as ONG socio-ambientais têm ligações estreitas com o mercado da perícia e trabalham como consultoras para instituições públicas nacionais, organizações internacionais públicas e privadas, em particular norte-americanas. Paralelamente a este processo de profissionalização, observou-se a criação de numerosas redes da sociedade civil, estruturadas e organizadas para ganhar peso nos espaços de negociação com os outros setores da sociedade.

O que interessa aqui é avaliar as conseqüências da existência das redes de ONG sobre a definição das políticas públicas. Partindo da hipótese de

que o funcionamento da sociedade não pode mais ser entendido através da dicotomia Estado/mercado, parece essencial refletir sobre a maneira como as decisões coletivas se formam (Linck 2005). Neste quadro, a noção de governança, entendida como “uma diversidade possível de mecanismos de regulação das relações entre atores para implementar o desenvolvimento” (Piveteau 2004:2), é pertinente como ferramenta de análise. Estudar a governança de um espaço geográfico definido significa então entender o funcionamento do campo do poder, isto é, o espaço onde se definem as regras do jogo e a distribuição dos capitais entre os atores.

Este trabalho foi feito a partir de uma pesquisa realizada em 2004 para as agências de cooperação alemã *Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit* (GTZ) e *Deutscher Entwicklungsdienst* (DED), em colaboração com a União Mundial para a Natureza (UICN), intitulada “Estudo panamazônico sobre as redes da sociedade civil na área da gestão sustentável dos recursos naturais”<sup>1</sup>. Depois de apresentar o contexto no qual apareceram as redes, o artigo expõe uma rápida descrição das ONG nelas envolvidas, antes de detalhar as características da atuação em rede. Depois, alguns exemplos concretos da influência das redes sobre as políticas públicas introduzem uma discussão sobre as dificuldades de conciliar atuação política com as regras do mercado de desenvolvimento.

## Contexto

Entre os projetos de integração regional do Banco interamericano de desenvolvimento (BID) e o processo de construção política da Organização do tratado de cooperação amazônica (OTCA), a governança da região amazônica se encontra em plena transformação. Mesmo se esta parte do mundo sempre incentivou exploradores e aventureiros a empreender todo tipo de negócios, foi durante a segunda metade do século XX que a integração regional começou a fazer sentido. Seguindo uma lógica desenvolvimentista, a idéia geral era de investir em espaços considerados

---

1 Disponível no site <http://www.gtz-amazônia.org/português/redes.htm>



como desocupados e caracterizados por um forte potencial econômico, ainda não explorado. Concretizar essa idéia passava pelo deslocamento de populações e pela promoção da agricultura e da pecuária extensiva. Já no final dos anos 1960, as empresas internacionais européias e norte-americanas, que tinham privilegiado a exploração dos jazimentos do Oriente médio e do Mar do Norte nos anos 1950, voltaram a explorar a bacia amazônica, especialmente no Equador (Fontaine 2003). Depois, a *Carretera Marginal de la Selva* no Peru (Gomez 1988:53-61), a construção das estradas transamazônicas e o Plano de integração nacional (PIN) no Brasil nos anos 1970<sup>2</sup> foram provavelmente as iniciativas mais espetaculares.

No contexto das ditaduras militares, o medo de uma internacionalização da Amazônia incentivou os países da região a cooperar. O Tratado de cooperação amazônica (TCA) foi assinado em julho de 1978 em Brasília, com o objetivo de promover o desenvolvimento regional através de ações conjuntas respeitosas das soberanias nacionais (Carrera de la Torre 1993:253-254). No entanto, sem orçamento operacional nem secretariado permanente, o TCA enfrentou dificuldades devidas à variedade das agendas nacionais dos países membros e à hegemonia do Brasil. Também, a rivalidade entre o Peru, o Equador e o Venezuela, assim como o conflito interno na Colômbia se colocaram como obstáculos pesados à integração política procurada (Kremling 1997:21-22, 26; De Onis 1992:57).

A situação mudou na segunda metade dos anos 1980, quando o BID e o Banco mundial começaram a submeter os seus empréstimos aos critérios do desenvolvimento sustentável, obrigando, em particular, o Brasil a reconsiderar a sua política de ocupação da Amazônia, integrando elementos ligados a preservação ambiental. Em 1989, o presidente Sarney organizou um encontro presidencial em Manaus, onde foi discutida a instauração de comissões permanentes especiais, para os recursos naturais,

---

2 No Brasil, a integração da Amazônia foi pensada através de uma colonização organizada e planejada, representativa do “capitalismo autoritário” (Velho 1976) implementado pela administração militar. Neste quadro, o PIN era considerado como “a conquista de um novo país, dentro da nação brasileira” (Delfim Netto, citado por Velho 1976:211). Era tempo de “inserir para não entregar” a Amazônia aos estrangeiros.

o meio ambiente e as questões indígenas. Esta proposta teve alguns efeitos, e o papel do secretariado, bem como o peso da comissão especial para o meio ambiente, se reforçaram (Castaño Uribe 1993:15). Os países do TCA intensificaram os seus esforços para adotar uma posição comum frente aos organismos internacionais e a necessidade de apoio financeiro por parte dos países ricos nas suas políticas de preservação ambiental.

Paralelamente, durante o encontro do G7 em 1990 em Houston, o Chancelheiro Helmut Kohl lançou uma chamada para criar um programa de redução das taxas de desmatamento das florestas brasileiras. O governo brasileiro, a União européia e o Banco mundial elaboraram o programa, que foi finalmente aprovado em dezembro de 1991 pelos delegados do G7 e a União européia, com o nome de Programa piloto para a proteção das florestas tropicais brasileiras (PPG7<sup>3</sup>). O Banco mundial foi encarregado da administração dos recursos financeiros (250 milhões de dólares prometidos) e os primeiros projetos iniciaram em 1995.

Dividido em 12 sub-programas, o PPG7 foi, desde o início, planejado em parceria e em apoio à “sociedade civil” representada por duas redes: o Grupo de trabalho amazônico (GTA<sup>4</sup>) e a Rede mata atlântica (RMA). Em 1999, 110 organizações da sociedade civil tinham recebido mais ou menos 19 milhões de dólares e as duas redes envolvidas no design e na implementação do programa tinham recebido 700.000 dólares para o seu fortalecimento institucional (Garrison 2000:58).

Temos que ressaltar que a situação socioeconômica e ecológica da região era suficientemente grave para alertar as autoridades públicas nacionais e internacionais. Em 1990, mais ou menos 800.000 km<sup>2</sup> das florestas da bacia amazônica haviam desaparecidos, cujos 68% em benefício de pastagens, sob o efeito combinado da colonização mássica, da exploração comercial madeireira, da agricultura e da pecuária extensiva (Anderson 1990:3-23). Também, as fortes taxas de crescimento urbano (Becker 1995), adicionadas à qualidade péssima dos serviços públicos, tiveram conseqüências dramáticas sobre a poluição dos rios.

3 Ver [www.mma.gov.br](http://www.mma.gov.br)

4 O GTA, criado em 1992, é uma rede de organizações localizadas na Amazônia legal, que junta hoje, segundo o próprio GTA, mais de 500 membros: ONG, sindicatos, grupos comunitários, cooperativas, organizações indígenas, organizações corporativas, seringueiros, pescadores.

Frente esta situação, e com as pressões internacionais, políticas de delimitação de áreas protegidas foram aplicadas. No momento da Conferência das Nações-Unidas sobre o meio ambiente e o desenvolvimento (a CNUCED, chamada Eco 92), a bacia amazônica contava aproximadamente 100 parques deste tipo, totalizando 34 milhões de hectares (Castaño Uribe 1993). Essas políticas nacionais de conservação tiveram um sucesso limitado, o que incentivou os Estados, encorajados pelos organismos internacionais, a delegar uma boa parte das suas atribuições, no que diz respeito à proteção do meio ambiente, às ONG. Esta dinâmica foi reforçada pela criação de sistemas internacionais de financiamento, abrindo para os países endividados a possibilidade de capitalizar os seus espaços naturais. Foi criado o GEF, para financiar projetos alternativos ao desmatamento e/ou de recuperação de áreas degradadas.

### As ONG na Amazônia

Estas transformações da governança regional modificaram sensivelmente o papel das ONG amazônicas. Até as aberturas democráticas, as ONG ativas na Amazônia eram principalmente envolvidas com atividades de conscientização das populações locais e de fortalecimento e assessoria aos movimentos populares, tendo como pano de fundo a luta contra os regimes ditatoriais. Os seus objetivos eram principalmente sociais e políticos, sendo a temática ambiental, de maneira geral, secundária, pelo menos no âmbito regional (Aquino 2003).

No final dos anos 1980, as ONG latino-americanas, sofreram, de maneira geral, uma crise financeira e de identidade (Buclet e Leroy 2002) devidas às mudanças nas modalidades da cooperação internacional (que passou, cada vez mais, de bilateral a multilateral) combinadas com a perda de relevância das suas temáticas de atuação no contexto democrático. Estas mudanças obrigaram as ONG a se posicionar em outros mercados, em particular o da terceirização dos serviços públicos<sup>5</sup>. O lado “prestação de ser-

---

5 Esta tendência, no Brasil, culminou com o programa “Comunidade Solidária”, do governo Cardoso e a qualificação jurídica de “organização da sociedade civil de interesse público” em 1999 (Buclet 2004:154, 185-188).

viço”, que aparece em contradição com as origens constestatárias ou militantes das ONG mais antigas, foi assumido pelas mais jovens, cuja legitimidade se baseou em suas competências técnicas e científicas, mais do que em suas ligações com os movimentos populares. Neste processo, observou-se um *aggiornamento* das temáticas de atuação, o *socio-ambientalismo* se tornando rapidamente central nas ideologias e nos discursos das ONG.

Hoje, o universo das ONG na Amazônia pode ser categorizado em 4 grupos (Buclet 2004). O primeiro é constituído pelas ONG que qualificamos de “cristãs”. Elas foram freqüentemente criadas e/ou dirigidas por estrangeiros, mais ou menos ligados à Igreja (padres ou ex-padres). Os financiadores históricos são principalmente organizações ecumênicas européias. As suas atividades são orientadas principalmente em torno da educação, da formação profissional e da conscientização dos desfavorecidos. A maioria dos indivíduos envolvidos reconhece a herança da teologia da libertação e a sua influência na formação destas ONG.

Um segundo grupo foi qualificado de “militante”, devido ao seu maior envolvimento político. Pode ser encontrado nesse grupo uma parte das ONG cristãs (esse núcleo herdeiro da teologia da libertação). É nessa categoria que se encontram as ONG que se dedicam a uma causa bem definida, como a defesa das mulheres, dos negros, dos direitos humanos ou dos portadores de AIDS. Elas assumem um papel político (pelo menos nos discursos) e têm geralmente ligações estreitas com os partidos políticos de esquerda.

A terceira categoria é formada por ONG ecologistas. Elas são mais novas do que as ONG dos dois grupos já apresentados. Fora daquelas que são ligadas ao mercado da consultoria e têm acesso às redes universitárias internacionais (em particular norte-americanas), os financiamentos conseguidos pelas ONG ecologistas são menos importantes e provêm geralmente de instituições nacionais. Os valores defendidos são diversos, ligados à ecologia e ao humanismo, como a vida em harmonia com a natureza e o bem-estar social. A temática do desenvolvimento sustentável é central nos objetivos e nas atividades dessas ONG.

Enfim, o último grupo é constituído por ONG criadas no âmbito das universidades ou das instituições públicas, provavelmente para captar recursos de maneira autônoma em relação à administração. São, a priori,

as ONG que têm os orçamentos mais importantes. As suas atividades são centradas em torno da avaliação científica. Elas têm ligações fortes com o mercado da consultoria e com as tecnologias “limpas”. Nós chamamos essas organizações de ONG “peritas”.

Independentemente desta categorização, a qualificação “socio-ambiental” se coloca como a identidade comumente aceita pelas ONG na Amazônia, qualquer que seja seu tipo. Encontramos aqui mais um exemplo do “bom uso do mal-entendimento” (Darnton 1985: 93), sendo que cada um pode ver no “socio-ambientalismo” o que ele quer, uma vez admitido o princípio de tratar conjuntamente questões ambientais e questões sociais. Assim, qualquer que sejam os seus particularismos, as ONG amazônicas procuram contribuir na definição de novas formas de políticas públicas, considerando o ser humano como parte integrante do seu ambiente (no sentido amplo do termo).

Uma outra consequência da crise financeira e identitária das ONG, no final da década de 1990, foi a adoção generalizada de uma mesma forma de trabalho: a lógica “projeto”, promovida originalmente pelos financiadores internacionais. As atividades realizadas pelas ONG seguem, hoje em dia, quase exclusivamente essa mesma lógica de trabalho, caracterizada, simplificando, pelo ciclo: identificação de necessidades, planejamento, realização, monitoramento, controle e avaliação. Fora das grandes orientações anunciadas pelas ONG a respeito das suas estratégias a médio e longo prazo, a engenharia característica das ONG é adaptada a curto prazo, visando responder às necessidades imediatas dos desfavorecidos, isso participando de uma transformação global da sociedade e preservando os interesses futuros. Isto implica necessariamente uma forma específica de dependência, ao menos em relação às “necessidades prioritárias”. Também, na obtenção de financiamentos institucionais sendo extremamente difícil (portanto, rara), é através dos seus projetos que as ONG se auto-sustentam, o que exerce uma forte pressão interna para adotar esta lógica de trabalho e deixar de lado outras formas de atuação como, em particular, uma lógica mais política ligada a “processos” mais que “projetos”.

## A atuação em rede

Frente a estas transformações, a organização em rede apareceu como uma maneira de “resgatar” o lado político das ONG, dificilmente compatível com a sua participação no mercado do desenvolvimento. Assim, estruturas chamadas de “rede”, “articulação”, “fórum”, “plataforma”, “aliança” ou “grupos”, se criaram em torno das ONG amazônicas. Se a definição de “rede” se torna objeto de debate, podemos atribuí-las alguns elementos característicos, como a flexibilidade das alianças e uma lógica horizontal das relações de poder, visando a troca de informação e de serviços, a articulação da expressão política e a socialização de recursos (Colonomos 1995; Keck e Sikkink 2000; Castells 2002). A novidade da organização em rede não vem tão da formação de alianças estratégicas entre ONG, mas sim da formalização de tais estruturas, isto é o agrupamento de recursos humanos e financeiros no objetivo de criar sinergias e adquirir peso nos espaços de negociação das políticas setoriais.

Foram recentemente identificadas 66 redes de ONG, ativas na área da gestão sustentável dos recursos naturais na Amazônia. Contendo entre 5 e 3.500 membros, estas redes são extremamente diversas. Apesar de ter sido, na grande maioria dos casos, criadas por ONG, elas juntam vários tipos de organizações coletivas: associações comunitárias, sindicatos, associações profissionais, associações de bairro, organizações internacionais, instituições públicas (às vezes, até ministérios) e indivíduos isolados, todos reunidos em torno de objetivos comuns. As redes da bacia amazônica têm características próprias, como a sua dimensão transnacional<sup>6</sup>, a influência do mundo universitário, uma sensibilidade ecológica, o objetivo explícito de influenciar a definição das políticas públicas e a utilização intensiva das tecnologias da informação e de comunicação. Algumas redes têm dimensões importantes mas, na sua grande maioria, são estruturas pequenas: uma sobre dois funciona com menos de 6 pessoas e a quase totalidade não tem escritório próprio.

6 Esta tendência se reforçou pela promoção, por parte de algumas agências financiadoras, de uma abordagem pan-amazônica, com a esperança de incentivar o fortalecimento de uma identidade cultural regional, que permitiria ultrapassar as diferenças nacionais e, assim, facilitar a cooperação regional.

As redes nasceram geralmente depois da Eco 92, com o objetivo inicial de socializar informações e se fortalecer coletivamente, em torno da organização de eventos e da difusão de informações relativas à temáticas como a biodiversidade, os conhecimentos tradicionais, as questões relativas às populações indígenas (demarcação de terras, propriedade intelectual...), à gestão dos recursos hídricos ou às questões de gênero. Porém, avaliando os resultados das suas atividades alguns anos depois da sua criação, os responsáveis das redes ressaltam que os principais avanços da sua atuação não são tão ligados à gestão da informação e dos conhecimentos, mas, muito mais, à sua capacidade de influência política e sua participação na definição das políticas públicas.

Encontram-se, no universo das redes, as mesmas características, em termos estratégicos, que nas ONG. Algumas redes são mais “institucionais”, como a União mundial para a natureza (UICN-Sur), a Red latino-americana de bosques (RLB), a Bolsa Amazônia, a *Red ambiental peruana* ou a Red de desarrollo y medio ambiente (REDESMA). Seguindo uma concepção ortodoxa do desenvolvimento (sustentável), essas redes privilegiam a perícia profissional e as sinergias de competências para responder às demandas do mercado e participar ao sistema institucional e à planificação das políticas públicas (geralmente através de consultoria para as instituições públicas). O seu lado institucionalizado pode criar tensões internas fortes. Defendendo uma neutralidade política em nome da eficiência organizacional e econômica, essas redes acabam adotando uma posição política de fato, que reforça indiretamente a estrutura do sistema dominante.

Outras redes são mais “militantes”, como Oilwatch (Equador), a Liga de defensa del medio ambiente (Bolívia), o Foro ecológico (Peru) ou redes externas como o Rainforest action network (Estados-Unidos) e o World rainforest movement (Uruguai). Com uma concepção mais radical do desenvolvimento sustentável, elas privilegiam a ética e a solidariedade, a flexibilidade e a polivalência dos papéis e das responsabilidades dos membros e a luta contra o sistema institucional, em particular as políticas de inspiração neoliberal. Elas têm atividades de denúncia, de produção de informações críticas e são freqüentemente envolvidas em conflitos ambientais.

No Brasil, em particular, as características das redes refletem as das ONG. Entre institucionalização e militância, as ONG brasileiras, hoje amplamente qualificadas de “socioambientais”, se posicionam entre as duas correntes, tendo como objetivo ligar exigências sociais e ambientais. O exemplo mais característico é o Instituto socioambiental (ISA), criado em 1994 mas que tem origem nos anos 1970<sup>7</sup>. A apelação “socioambiental” não deve apagar o fato de que numerosas ONG nasceram no início dos anos 1990, aproveitando o fluxo de recursos que seguiu a Eco 92, o início do PPG7 e a instauração do GEF; outras, mais antigas, se transformaram para se tornarem competitivas, adicionando geralmente, no seu portfólio, atividades ambientais baseadas na promoção do “desenvolvimento sustentável”. Em consequência disso, o lado institucional tende a superar o lado militante. A integração de numerosos militantes de ONG no Ministério do Meio Ambiente do primeiro governo Lula ilustra este ponto<sup>8</sup> (Bucler 2005). Mesmo se existem, no Brasil, ONG podendo ser qualificadas de “militantes”, se trata principalmente de organizações muito próximas das associações representativas. Na área ambiental, as ONG militantes são poucas e, geralmente, não têm ligações com organizações de base (por exemplo, Greenpeace Brasil, cujas atividades, mesmo si pontualmente articuladas com movimentos sociais, se limitam à denúncia e à organização de eventos mediáticos). As ONG puramente “institucionais” são também poucas e tendem a ser consideradas como consultoras, sem ser voltadas para as organizações de base.

7 Esta ONG foi constituída com a fusão do programa Povos Indígenas do Brasil do Centro Ecológico de Documentação e Informação (CEDI), organização criada em 1970 por militantes cristãs e universitários, em particular antropólogos envolvidos com a demarcação das terras indígenas, e do Núcleo de Direitos Indígenas (NDI), ONG criada em 1989 por advogados, antropólogos e lideranças indígenas, que tinha acompanhado a redação do capítulo da constituição sobre os direitos indígenas.

8 Em particular João Paulo Capobianco (que fundou a fundação SOS Mata Atlântica – da qual ele foi diretor executivo – e foi coordenador e membro do Conselho diretor do ISA) e Muriel Saragoussi (Fundação vitória amazônica).



## A influência sobre as políticas públicas

As atividades das redes que têm conseqüências diretas sobre as políticas públicas regionais são principalmente do registro da militância política e do lobbying<sup>9</sup>. Trata-se da participação das redes na elaboração de leis ou de projetos de leis nacionais, como RLB na definição dos códigos florestais equatorianos e peruanos nos anos 1990, Liga de defesa del medio ambiente (LIDEMA) e as leis peruanas ambientais de 1992 e florestais de 1996 ou a Red agroforestal ecuatoriana (RAFE) na definição do plano equatoriano de agro-florestaria em 1999. As redes também influenciam as políticas públicas através da sua participação nos espaços de negociações nacionais e internacionais. Por exemplo, é o caso do GTA no seio do PPG7, da UICN na OTCA, no Mercosul ou nas negociações das convenções internacionais, da participação da Sociedad nacional del ambiente (SNA) no conselho consultivo do BID, da presença da “Rede Norte sobre Propriedade Intelectual, Conhecimentos Tradicionais e Biodiversidade” nas discussões sobre um projeto de lei relacionado com o acesso aos recursos genéticos e a proteção dos conhecimentos tradicionais, ou ainda da participação do Movimento articulado de mulheres da Amazônia (MAMA), nas conferências internacionais sobre as Mulheres em Durban e Johannesburg em 2002 ou no Fórum social mundial.

As políticas públicas também são influenciadas, diretamente, pelas campanhas de sensibilização, pelas atividades de lobbying mais agressivas ou pelas denúncias seguidas por ações jurídicas. Foi o caso das ações da SNA e do Foro ecológico para denunciar a anticonstitucionalidade da exploração das reservas de gás de Camisea no Peru, as atividades como um todo de Oilwatch ou da interdição do uso dos pesticidas mais perigosos, conseguida pela Red de acción en alternativas al uso de agroquímicos (RAAA). No registro das campanhas de sensibilização, podemos citar a

9 Indiretamente, as atividades das ONG que participam das redes podem também influenciar as políticas públicas através das suas experimentações, formulações e propostas de políticas públicas. A transformação de projetos exitosos em políticas públicas é um dos desafios das ONG. Mesmo se fica raro, já aconteceu. Foi o caso, por exemplo, do ProAmbiente, política pública implementada pelo Ministério do Meio Ambiente brasileiro, diretamente relacionada ao êxito de alguns projetos realizados por ONG no quadro dos Projetos Demonstrativos (PDA) do PPG7.

articulação pelo Fórum da Amazônia oriental (FAOR), de movimentos de protesto contra o agronegócio da soja ou as mobilizações contra o comércio ilegal de madeira em Porto de Moz, a campanha nacional liderada pelo RAAA contra o leite contaminado pela bactéria “parathion etílico”, as mobilizações de 2002 contra a reforma do código florestal brasileiro ou a recente campanha de resgate da marca “cupuaçu”, registrada no Japão.

Mais indiretamente, as atividades das redes ligadas à difusão e circulação de informações, as que visam o desenvolvimento de competências específicas e a prestação de serviços têm também uma influência sobre a definição das políticas públicas. Em particular, a grande visibilidade dos boletins da REDESMA, as publicações do FAOR ou do GTA, as atividades de capacitação da RAFE, do Programa de capacitação de técnicos e agricultores da Amazônia (PCTA), da Rede Norte ou de Pobreza e meio ambiente (POEMA), a ajuda jurídica proposta pelo Foro ecológico ou pela Plataforma interinstitucional de creación de consensos socio ambientales (PICCSA), ou ainda as bolsas de pesquisa ofertadas pela RAAA.

Vemos então que as redes, pelo menos em casos específicos, conseguem influenciar de maneira significativa as políticas públicas. Isso reforça a idéia de que as transformações da governança regional se caracterizam pelo alargamento do campo do poder à sociedade civil. Todavia, seria ingênuo ver as redes como, simplesmente, a solução milagrosa aos problemas de representação coletiva da “sociedade civil organizada”. Na verdade, vários elementos chamam a atenção sobre o caráter consensual das redes e a sua inclusão em um mercado onde o seu poder de influência se revela limitado.

### **Forma inovadora de articulação do espaço público ou novo produto do mercado do desenvolvimento?**

Em primeiro lugar, o estudo dos processos de criação das redes, revela que várias delas nasceram mais com incentivo de algumas agências de cooperação do que através de um movimento coletivo espontâneo. Frequentemente, grandes ONG ou agências de financiamento, como

Brot für die Welt e o WWF, ou organizações internacionais, como a ONU, a Organização mundial para a agricultura, o Programa das Nações- Unidas para o desenvolvimento (PNUD), o Banco mundial, a Organização dos Estados da América (OEA), o G7, United States Agency for International Development (USAID) ou Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit (GTZ), jogaram um papel importante de catalisador na criação das redes. Acontece até que agências ou ONG internacionais financiam simplesmente a criação de uma rede, considerada neste caso como um verdadeiro projeto, sem que haja a menor dinâmica espontânea – foi o caso de RLB, criada pelo WWF. De modo geral, a cooperação internacional é considerada como fundamental no processo de fortalecimento das redes. Isto se explica pelo simples fato das redes serem financiadas principalmente pela cooperação internacional.

Todavia, os responsáveis sublinham a necessidade da cooperação internacional não se limitar a uma transferência de recursos financeiros. É esperado, em particular, o reconhecimento das necessidades locais antes de qualquer coisa, uma consulta mais ampla dos atores sociais no processo de definição dos programas de desenvolvimento, bem como a necessidade de desenvolver programas a médio e longo prazo, baseados no repasse de conhecimentos e na capacitação técnica. Também, segundo os responsáveis, a cooperação internacional deveria ajudar na divulgação dos resultados das atividades das redes e dar o impulso inicial para outro tipo de interesse.

A questão da intermediação dos governos nacionais entre os financiadores internacionais e as ONG aparece também como central. Um relacionamento direto das agências de cooperação internacional com as redes, sem passar pelas instituições públicas nacionais, é, às vezes, considerado necessário. É claro que, para as redes como para qualquer ONG, a cooperação internacional assegura uma certa autonomia em relação aos poderes nacionais. Mas, encontram-se, atrás desta questão, as regras da cooperação internacional. A soberania nacional não pode ser negada em nome do fortalecimento da sociedade civil. Ademais, muitas agências da cooperação internacional tentam, para perenizar as ações realizadas no quadro dos seus projetos, fortalecer as relações entre a sociedade civil e os governos, trabalhando sistematicamente em parceria com ONG e órgãos

públicos. As agências internacionais mais ativas no fortalecimento das redes amazônicas são: USAID, GTZ, DFID, JICA, UNICEF, COR-DAID, PPM e a União européia. Isto sublinha o fato das redes estarem sob perfusão das agências internacionais de desenvolvimento. Devemos então questionar: as redes são novos produtos do mercado do desenvolvimento ou existe realmente uma “cultura de rede” atrás destas estruturas?

Todo mundo considera a cultura de rede como um desafio essencial para conseguir articular as forças de cada membro com os objetivos compartilhados. Para alguns, essa cultura de rede existe. Para outros, não. Para todos, é desejável e representa uma condição para o futuro das estruturas. Segundo os interessados, a cultura de rede é ligada à confiança, ao diálogo entre os membros, ao reconhecimento dos limites de cada um ou a existência real de um interesse comum. Os critérios, considerados como fundamentais pelos entrevistados, para o bom funcionamento de uma rede refletem esta distinção. Encontramos critérios ligados ao compromisso moral e ideológico, como a confiança, o compromisso, o fato de ter um objetivo comum, o companheirismo. Outros critérios são mais ligados à organização ou a ferramentas técnicas e metodológicas: a questão da comunicação (circulação das informações e comunicação interna entre membros, comunicação multimídia); a organização interna (não se institucionalizar, ficar aberto, ter um plano estratégico, descentralizar as decisões, ter um estatuto flexível para poder articular-se e desarticular-se em função dos eventos, transparência, coordenação minimizada, que os responsáveis sejam os primeiros interessados, prestar serviço concreto para os membros, apropriação da rede pelos membros, rodízio de secretário executivo) ; os meios necessários (critério financeiro, possibilidade de se encontrar, gerar um benefício econômico, ter um bom tema de atuação, que existe uma necessidade, uma demanda real, plano estratégico).

Para a grande maioria dos responsáveis, a cultura de rede nasce de um processo orgânico e não depende de uma organização específica. Paradoxalmente, muitos deles reconhecem também a necessidade de desenvolver estratégias adaptadas para reforçar a cultura de rede. Todos concordam sobre a dificuldade de criar ou manter essa cultura. Segundo os entrevistados, as dificuldades vêm da divergência dos interesses, da competição entre os participantes, todos dominados por interesses indivi-

duais muito fortes. Para alguns, uma metodologia adequada poderia suprir a falta de cultura participativa, permitir descentralizar as decisões e revelar os benefícios concretos provenientes da atuação na rede. Estes três elementos também são evocados para explicar a dificuldade de manter a cultura de rede.

O ponto crítico da desapareição da cultura de rede é quando a rede se transforma em uma nova entidade e se torna concorrente dos membros na captação de recursos e na realização de projetos. O componente individual é considerado como fundamental para explicar as dificuldades de funcionamento das redes. Também, para alguns, a juventude da atuação em rede explicaria a fraqueza da cultura de rede na sociedade.

Tem que ressaltar aqui a importância do modo de representação para o crescimento da identificação dos membros à rede. Quando cada membro pode se tornar porta-voz da rede, eles se sentem mais próximos a ela. Para as coordenações que tomaram consciência disso, torna-se estratégico nomear alguns membros para representar a rede em eventos ou reuniões específicas. Para manter o caráter de rede, a idéia de criar sub-redes temáticas (sob a forma de grupos de trabalho temáticos, autônomos da coordenação), em vez de deixar uma rede crescer até impossibilitar a comunicação entre os membros, apareceu como positiva.

De modo geral, a cultura de rede é muito dependente das relações entre os membros e também das modalidades de participação, lembrando que as redes não existem sem membros ou participantes. Para desenvolver metodologias de difusão da cultura de rede, deve-se primeiro entender a relação dos participantes com a estrutura-rede. Apesar do sentimento, às vezes muito forte, de compromisso com uma causa, observa-se que os participantes esperam um retorno concreto da sua participação. Participar de uma rede supõe recursos financeiros, tempo disponível e energia (não sempre fácil a disponibilizar em organizações como ONG, associações representativas ou sindicatos que sofrem freqüentemente de recursos limitados).

Para os membros, participar das redes tem que valer a pena. Segundo os casos, eles consideram de maneira positiva a sua participação e reconhecem a utilidade de serem membros. Os benefícios em participar das redes variam segundo os casos. Podemos citar, por exemplo, organizações

que beneficiaram de ajuda técnica, outras que conseguiram se posicionar melhor sobre questões específicas graças às informações disponibilizadas pela rede. Muitos consideram também que participar de redes estimula a reflexão, traz informações importantes e permite ficar aberto sobre outras questões. A aquisição de credibilidade e peso político é também considerado como uma realidade para alguns membros. Enfim, as redes são consideradas como espaços para divulgar as experiências sucedidas e, em alguns casos, facilitar o acesso a financiamentos<sup>10</sup>.

Nota-se também que a concepção da participação depende das características dos membros. Assim, para as instituições públicas, participar de uma rede não tem a mesma utilidade que para um sindicato ou uma associação de trabalhadores. Por exemplo, um ministério que participa de uma rede se vê mais como um padrinho do que como um membro. Ele considera que a sua participação na rede traz muito mais para a rede do que para ele. Mesmo se são poucos os exemplos de instituições públicas participando de redes, é considerado importante pelos responsáveis, para ampliar o seu leque de influência. É particularmente importante conseguir participação de ministérios ligados às temáticas de atuação (ministérios do meio ambiente, por exemplo).

A maioria dos membros participa de várias redes. A aproximação com as redes se faz, na maioria dos casos, através de contatos pessoais ou por intermediário de financiadores envolvidos. Segundo os entrevistados, todas as redes das quais eles participam têm importância, mesmo se, aprofundando as discussões, percebe-se que algumas não têm a menor consequências (positiva ou negativa) sobre sua atuação. Em outros termos, para algumas redes, sobretudo quando a afiliação é gratuita, a participação não muda nada. É significativo ver muitos membros não saberem exatamente o que o traz a sua participação. Não encontramos uma rede que tenha termos de compromisso ou que tenha formalizado as regras de participação. São muito raras as redes onde a adesão é paga. Na forma atual de funcionamento, o compromisso dos membros repousa quase exclusivamente sobre a informalidade e a ética própria a cada um (muito variável

---

10 As redes não são fontes de financiamento, mas muitos membros pensam que poderiam (ou deveriam) ser. No melhor dos casos, elas podem ajudar a buscar financiamentos.

segundo os casos). Este fato permite manter um caráter aberto e de “companheirismo”, o que é essencial. Mas a falta de regras de funcionamento e a ausência de formalização do compromisso dos participantes abrem a possibilidade dos membros participarem somente para o seu próprio interesse e não para o interesse coletivo, bem como a possibilidade do núcleo duro gerenciar a rede sem muita democracia interna. Alguns membros também consideram que eles têm obrigações e deveres em relação à rede, sobretudo os de repassar informações para os outros membros da rede e para o seu “público-alvo”, e encaminhar as informações na “base”. A obrigação de repassar informação para a coordenação é também comum. Alguns têm uma visão mais ideológica e consideram que eles devem envolver outros atores e difundir a filosofia da rede.

A cultura de rede parece então muito ligada ao compromisso de cada um em relação à organização coletiva. Considerando, por outra parte, a importância das redes terem um mínimo de organização interna, podemos fazer uma distinção entre duas concepções de rede: de um lado, a rede planejada, estruturada, considerada como o resultado de uma metodologia específica de organização e, do outro, a rede enquanto resultado de uma convergência de interesses e da aprendizagem da ação coletiva.

## Conclusão

No contexto de globalização da Amazônia, a organização em rede aparece como uma maneira de resgatar uma certa autonomia política da sociedade civil em relação aos órgãos públicos e aos financiadores internacionais. Todavia, observa-se uma diferença entre redes “militantes” e redes “institucionais”, mesmo sendo todas compostas de ONG com estratégias políticas diversas, ou opostas. Enquanto as primeiras têm uma inserção popular indiscutível, as segundas aparecem freqüentemente como o fruto da vontade das autoridades nacionais e internacionais instigadoras da governança global ou das ONG transnacionais. Entre a construção de uma sociedade civil mal definida, que serve, antes de tudo, de cautela às políticas neoliberais, e movimento espontâneo de organizações coletivas, as redes são, apesar de tudo, espaços onde circulam

idéias e informações que influenciam e participam da definição das políticas públicas.

As redes da sociedade civil apresentam várias características que as tornam atores sociais de primeiro plano. Constituídas por organizações historicamente implantadas na Amazônia, atentas às evoluções socio-políticas e econômicas regionais, freqüentemente reconhecidas tanto pelos movimentos sociais quanto pelos poderes públicos, as redes têm, de modo geral, toda legitimidade para ser parceiros ativos das políticas de desenvolvimento e da cooperação internacional. Fomentar a gestão de conhecimentos e valorizar a cultura de rede como princípio de gestão social visa fortalecer, através de um número restrito de estruturas organizadas, um conjunto abrangente e representativo da diversidade das organizações da sociedade civil amazônica.

A idéia de que a criação das redes seria o fruto de uma vontade coletiva deve ser relativizada. Freqüentemente, as redes nascem do desejo de um pequeno grupo de pessoas ou organizações (às vezes uma só). Em todos os casos, nota-se o papel fundamental de um “núcleo duro” ligado a algumas ONG ou instituições. As dificuldades são muitas e as capacidades de ação limitadas. Em todos os casos, elas parecem bem poucas em relação às dos grupos industriais aos quais elas se confrontam. As dificuldades não provêm tanto da realização das atividades propriamente ditas quanto de sua realização em rede. Ou seja, a dificuldade está em respeitar a diversidade dos participantes e a própria idéia de rede.

Deixando fora às dificuldades financeiras, que são compartilhadas pela grande maioria das redes, as outras dificuldades são relativas ao funcionamento interno e à articulação de uma reflexão coletiva entre atores que têm interesses específicos, às vezes contraditórios. Respeitar a diversidade dos participantes e manter a cultura de rede, isto é, um funcionamento horizontal, representa um verdadeiro desafio. A falta de participação dos membros, os problemas logísticos de comunicação, a dificuldade de sistematizar a informação, os conflitos entre membros ou a centralização do poder são algumas das razões que relativizam o ideal de representação única de interesses compartilhados. Estas dificuldades complicam consideravelmente o funcionamento em rede e questionam o seu papel político. No entanto, elas devem ser superadas para evitar que o lado funcional



afogue o processo coletivo e que as redes se transformem em uma “super ONG”, entrando pouco a pouco em competição com os próprios membros na captação de recursos no mercado do desenvolvimento.

Considerando a atualidade de grandes projetos promovidos por algumas instituições multilaterais, como o IIRSA, que têm efeitos transformadores importantes sobre a realidade socioeconômica e ambiental da região, parece urgente fomentar mecanismos de fortalecimento da sociedade civil amazônica. Isto significa apoiar as organizações que representam (diretamente ou indiretamente) os interesses das numerosas populações que constituem a sociedade amazônica, plural e multicultural, para que elas possam expressar seu ponto de vista e participar das transformações regionais.

Porém, a questão mais importante levantada pelo estudo das redes de ONG na Amazônia é ligada a sua articulação interna. Desta última depende a maneira que as redes se constituem como portadoras de propostas e reivindicações representativas dos seus membros. As discussões coletivas no seu seio, procurando o consenso, têm necessariamente o efeito de atenuar os posicionamentos mais radicais, ou as propostas mais audaciosas, que podem originar-se dos membros. O risco é de resultar com um “consenso mole”, fácil de se negociar e de integrar nos programas públicos, nacionais e internacionais. Nesta perspectiva, o papel das agências de financiamento deve ser questionado para avaliar até que ponto as redes são intermediárias das instituições internacionais, influenciando as políticas setoriais regionais através de uma aproximação entre os espaços local e internacional. Em outros termos, trata-se de avaliar os efeitos da reconfiguração das agendas devida a importação/exportação dos debates, sobre as transformações do campo local do poder. Isso coloca mais uma vez a tradicional questão da soberania nacional dos países da Amazônia.

## Redes verdes e governança na Amazônia

Siglas	
BID	Banco interamericano de desenvolvimento
CNUCED	Conferência das Nações- Unidas para o meio ambiente e o desenvolvimento
COICA	Coordinadora de las organizaciones indígenas de la cuenca amazónica
CORDAID	Catholic organization for relief and development
DED	Deutscher entwicklungsdienst
DFID	Department for international development
EBI	The energy and biodiversity initiative
FAOR	Fórum da Amazônia oriental
GEF	Global environment facility
GTA	Grupo de trabalho amazônico
GTZ	Gesellschaft für technische zusammenarbeit
IIRSA	Iniciativa para la integración de la infraestructura regional suramerica
IPAM	Instituto de pesquisa ambiental da Amazônia
ISA	Instituto socioambiental
JICA	Agência de cooperação internacional do Japão
LIDEMA	Liga de defensa del medio ambiente
MAMA	Movimento articulado de mulheres da Amazônia
OEA	Organização dos estados da América
ONG	Organização não governamental
OTCA	Organização do tratado de cooperação amazônica
PCTA	Programa de capacitação de técnicos e agricultores da Amazônia
PICCSA	Plataforma interinstitucional de creación de consensos socio ambientales
PIN	Plano de integração nacional
PPM	Pão para o mundo
PNUD	Programa das Nações- Unidas para o desenvolvimento
POEMA	Pobreza e meio ambiente
PPG7	Programa piloto para a proteção das florestas tropicais brasileiras
RAAA	Red de acción en alternativas al uso de agroquímicos
RAFE	Red agroforestal ecuatoriana
REDESMA	Red de desarrollo sostenible y medio ambiente
RLB	Red latinoamericana de bosques
RMA	Rede mata atlântica
SNA	Sociedad nacional del ambiente
TCA	Tratado de cooperação amazônica
UICN	União mundial para a natureza
UNICEF	Fundo das Nações- Unidas para a infância
USAID	United States agency for international development
WWF	World wildlife fund

## Bibliografía citada

- Anderson, A. B. (1990). *Deforestation in Amazonia: Dynamics, Causes and Alternatives*, in: Anderson Anthony B. (ed.), *Alternatives To Deforestation: Steps Toward Sustainable Use Of The Amazon Rain Forest*. New York: Columbia University Press.
- Aquino, M. J. da Silva (2003). “A casa dos nossos gens: um estudo sobre ONG ambientais na Amazônia”. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: IFCS-UFRJ.
- Aramburú, C.E.; Bedoya Garland E. (Ed.) (2003). *Amazonia: procesos demográficos y ambientales*. Lima: Consorcio de Investigación Económica y Social.
- Becker, B. (1995). “Undoing Myths: The Amazon - An Urbanized Forest”, in: Clüsener-Godt, M.; Sachs, I., *Brazilian Perspective on Sustainable Development of the Amazon Region*, Paris: Unesco-Parthenon Publishing Group. Man and the Biosphere Series, vol.15.
- Buclet, B. (2004). “Le Marché International de la Solidarité: les Organisations non Gouvernementales en Amazonie Brésilienne”. Thèse de Doctorat. Paris: CRBC/EHESS.
- \_\_\_\_\_ (2005). *Biodiversité en Amazonie brésilienne: l'expertise non gouvernementale*, Cahiers du Centre de Recherches sur le Brésil Contemporain, 61/62 (2). Paris: MSH.
- Buclet, B.; Leroy J. P. (2002). “Entre movimento social e terceiro setor. As ONG à busca de sua identidade”. Boletim do Museu.
- Carrera De La Torre, L. (1993). “Políticas y estrategias de desarrollo sustentable de la región amazónica adoptadas por los países del Tratado de cooperación amazónica”, in: L. Ruiz Mantilla (Coord.), *Amazonia: escenarios y conflictos*. Quito: Cedime, Abya Yala.
- Castaño Uribe, C. (1993). *Situación general de la conservación de la biodiversidad en la Región amazónica: evaluación de las áreas protegidas, propuestas y estrategias*. Quito: TCA-UICN-SURAPA-FAO-CEE.
- Castells, M. (2002). *La era de la información: Economía, sociedad y cultura. T I. La Sociedad Red*. México D.F.: Siglo XXI.
- Colomonos, A. (1995). “Emergence d’un objet e perspectives internationalistes”, in: Colomonos (Dir.), *Sociologie des réseaux transnationaux*.

- Communauté, entreprises e individus: lien social e système international*. Paris: L'Harmattan.
- Darnton, Ro. (1985), "Dialogue à propos de l'histoire culturelle. Entretien avec Pierre Bourdieu et Roger Chartier". *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 59: 86-93. Paris: Seuil.
- De Onis, J. (1992). *The Green Cathedral. Sustainable development of Amazonia*. New York, Oxford: Oxford University Press.
- Fontaine, G. (2003). *El Precio del petróleo. Conflictos socio-ambientales y gobernabilidad en la región amazónica*. Quito: FLACSO- IFEA.
- Garrison, J. W. (2000). *Do confronto à colaboração. Relação entre a Sociedade Civil, o Governo e o Banco Mundial no Brasil*. Brasília: Banque mondiale.
- Gomez, J. (1998). "La Carretera Marginal de la Selva et le développement régional amazonien au Pérou". *Cahiers des Amériques latines*, 7. Paris: IHEAL.
- GTZ/DED/UICN (2004). "A Amazônia em redes: Estudo panamazônico sobre as redes da sociedade civil na área da gestão sustentável dos recursos naturais", disponível no endereço <http://www.gtz-amazonia.org/portugues/redes.htm> (março de 2006).
- Keck, M.; Sikkink, K. (2000). *Activistas sin fronteras. Redes de defensa en política internacional*. México D.F.: Siglo XXI.
- Kremling Gómez, D. (1997). "El desarrollo sustentable amazónico: una discusión a partir de las políticas del TCA", in: D. Herrera (Ed.), *La cuenca amazónica de cara al nuevo siglo*. Quito: FLACSO.
- Linck, T. (2005). "Quelques variations sur le thème de la gouvernance". mimeo.
- Montaño, C. (2002). *Terceiro Setor e questão social. Crítica ao padrão emergente de intervenção social*. São Paulo: Cortez.
- Piveteau, A. (2004). "Les "nouveaux" avatars du développement aide: décentralisation e gouvernance locale". Comunicação nas primeiras jornadas do desenvolvimento "Le concept de développement en débat". Bordeaux: Université Montesquieu-Bordeaux 4.
- TCA (1991). *Amazonía sin mitos. Informe de la Comisión sobre desarrollo y medio ambiente para Amazonía*. Washington D.C.: TCA-BID-PNUD.
- Velho, O. (1976). *Capitalismo autoritário e campesinato*. São Paulo: DIFEL.